


A sociabilidade em Ferdinand Tönnies e o *modus vivendi* de comunidades tradicionais de geraizeiros: aproximações possíveis a partir dos estudos da Comunidade Tradicional da Matinha (Guaraí/Tocantins)

Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Tupã, São Paulo


 <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

E-mail: nelson.russo@unesp.br

Alexandre de Castro Campos

Doutorando em Agronegócio e Desenvolvimento – Universidade Estadual Paulista (UNESP),

Tupã, São Paulo


 <https://orcid.org/0000-0001-5663-8757>

E-mail: alexandregeo@hotmail.com

Ana Maria Barbosa Quiqueto

Doutoranda em Agronegócio e Desenvolvimento – Universidade Estadual Paulista (UNESP),

Tupã, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0003-1447-0858>

E-mail: a.quiqueto@unesp.br

Resumo: O filósofo alemão Ferdinand Tönnies em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), criou importante sistema de análise social que indica a partir das vontades humanas a formação das comunidades e sociedades. No Brasil, são “comunidades tradicionais” as indígenas (povos originários), quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e as geraizeiras. Este artigo, fruto de pesquisa docente na UNESP, objetiva debater “quais as principais aproximações entre o campo teórico das ciências sociais e a caracterização concebida no Brasil às comunidades tradicionais de geraizeiros?”. A pesquisa realizada teve tipologia exploratória, com abordagem qualitativa e técnicas da exploração bibliográfica, documental e etnografia a partir da imersão junto à *Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha* (Guaraí – Tocantins). Como resultado destaca-se que as categorias críticas de análise social sustentam as relações entre as comunidades e a sociedade e que os elementos afetivos estruturantes da teoria de *Ferdinand Tönnies* balizam a sociabilidade das comunidades tradicionais de geraizeiros.

Palavras-chave: Geraizeiros; Comunidades Tradicionais; Cultura Tradicional; Ferdinand Tönnies; Comunidades Amazônicas.

The sociability in Ferdinand Tönnies and the *modus vivendi* of traditional communities of geraizeiros: possible approaches from the studies of the Comunidade Tradicional da Matinha (Guaraí/Tocantins)

Abstract: The German philosopher Ferdinand Tönnies, in his work *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), created an important system of social analysis which indicates, based on the human desires, the formation of communities and society. In Brazil, the ones called “traditional communities” are the indian (the original people), quilombola, caiçara, riverside

and geraizeira ones. This article, a product of research at UNESP, aims to debate “what are the approaches between the theoretical field of social sciences and the conceived characterization in Brazil to the traditional communities of geraizeiros?”. The research used an exploratory typology, with a qualitative approach and techniques of bibliographic, documental, and ethnographic exploration, from the immersion within the *Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha* (Guaraí/Tocantins). As a result, it is highlighted that the critical categories of social analysis support the relationships between the communities and the Society, and that the structuring affective elements of *Ferdinand Tönnies’s* theory mark out the sociability of the traditional communities of geraizeiros.

Keywords: Geraizeiros; Traditional communities; Traditional culture; Ferdinand Tönnies; Amazonian communities.

Texto recebido em: 21/04/2021

Texto aprovado em: 15/06/2021

Introdução

As relações sociais humanas, ou sociabilidade, são tratadas por um grande número de teorias filosófico-sociais, a partir das mais diferentes abordagens e sempre no sentido de se produzirem métodos de análise, de interpretação e de compreensão das sociedades humanas, desde as mais simples até as mais sofisticadas e complexas. O fio condutor teórico desta comunicação científica inicia-se pelos preceitos filosóficos que falam da natureza humana e de seu bem-estar, perpassa por algumas teorias clássicas da sociologia, especialmente acerca da categoria de classes sociais (em Karl Marx) e de solidariedade (em Émile Durkheim), considera a importância dos elementos teóricos do difusionismo antropológico (em Franz Boas), mas coloca como central a teoria da sociabilidade a partir das vontades humanas em Ferdinand Tönnies (1855-1936).

A compreensão e descrição do *modus vivendi* de modo geral e da sociabilidade em específico das diversas comunidades tradicionais brasileiras é um desafio acadêmico que, como produto, contribui para a instrumentalização do legítimo reconhecimento destes grupamentos frente à sociedade nacional e às legislações brasileiras. Contudo, se mapear a existência e a localização destas comunidades já é uma grande tarefa aos campos interdisciplinares ligados à história e à geografia humana, a responsabilidade de se pesquisar e produzir um dossiê acadêmico-científico sobre cada uma destas comunidades é urgente e complexa, dado o tensionamento constante da sociedade capitalista sobre seus

territórios, a multiculturalidade e a fricção produzida pelas relações político-institucionais sobre estas.

Embora a cunhagem do termo “comunidade tradicional” seja de uso recente no Brasil, sabe-se que suas características sustentam a definição de grupamentos humanos há séculos no território latino-americano. Neste sentido, a categoria dos geraizeiros, de natureza brasileira, é de cunhagem também recente e remete ao campo das tensões interculturais entre a mineração e a produção de eucalipto sobre os territórios e tradições de comunidades rurais da região das serras das gerais, no Estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil.

O objetivo geral da investigação teórica, que desembocou nesta comunicação científica, é de buscar-se resposta para a questão central “qual a aproximação ou convergências entre os campos das teorias filosófico-socioantropológicas e a caracterização própria das comunidades tradicionais geraizeiras no Brasil?”

Para estudar este campo de convergência complexa, mesmo que de modo bastante incipiente, já que tal seara exigiria a produção robusta de tese ou mesmo de um livro, optou-se pela exploração bibliográfica e documental, aproveitando-se ainda de informações e dados coletados por meio de imersão etnográfica junto à Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí, Estado do Tocantins, Brasil), ocasião em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações sistematizadas. Para a realização da imersão etnográfica e técnicas de coleta diretas de dados (entrevistas e observação) houve autorização do CEPP (Comitê de Ética em Pesquisa com Pessoas), sob número 2.681.279/2018 (autorização para pesquisa conjunta com o na época mestrando *Alexandre de Castro Campos*).

Fio condutor filosófico, sociológico e antropológico

A natureza humana é de ordem bastante complexa e remonta a diversos níveis, camadas ou dimensões, notadamente produzidas ou concebidas a partir da autocompreensão a partir dos também diferentes níveis ou tipos de conhecimento. Neste sentido, a Filosofia é a primeira seara a ser visitada para a busca do entendimento sobre o ser humano, a ontologia aristotélica, primeiramente conflitiva à ideia platônica, traz o ser como uma verdade e produto do mundo que está a sua volta, percebendo-se este como uma composição de diversas dimensões para além

de sua forma. Contudo, no decorrer de sua trilha filosófica, a percepção aristotélica do ser coaduna com o pensamento platônico anterior numa acepção onto-teológica, remetendo ao entendimento de imagem e reflexo de um ser superior (BLANC, 2011).

Para além da busca da compreensão do ser humano, dentre outros em Platão (a.427-347 a.C.) Aristóteles (384-322 a.C.), ainda no vasto campo da Filosofia, em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) tem-se uma boa percepção da natureza das relações sociais humanas e de dos seus reflexos. Em sua obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (publicação original em 1755), Rousseau defende que a natureza humana, em sua essência, é boa e sem tendência à promoção da desigualdade ou da pobreza a partir de relações sociais mais simples e de ordem comunal dos bens. Por outro lado, assevera que à medida em que se estrutura a ideia de propriedade privada, o sistema social gera a contratualidade das leis de proteção à propriedade, culminando em formas crescentemente injustas de acesso aos bens necessários à manutenção da vida forma geral e do bem-estar humano em específico (ROSSEAU, 2006).

Neste fio condutor, tem-se então as obras e contributos dos pensamentos filosófico-sociológicos de Karl Marx (1818-1883) e de Émile Durkheim (1858-1917) que trouxeram olhares, que embora diferentes, contribuem fundamentalmente para os estudos de sociedade. Ao seu tempo, Durkheim vai estudar e apresentar na categoria do Fato Social a coercibilidade, a exterioridade e a generalidade das ações que a sociedade, organizada e estratificada, impunham (e impõem) ao indivíduo e à composição de grupos humanos minoritários (ARON, 2008).

Ademais, ainda na Sociologia Francesa de Durkheim, têm-se uma diferenciação entre a sociabilidade de grupamentos humanos mais simples e de outros mais complexos, neste sentido denomina Solidariedade Mecânica aquelas relações sociais de grupos onde seus integrantes (e mesmo suas células familiares) possuem autossuficiência, sendo mais comum em localidades interioranas, rurais, de aldeias indígenas e de comunidades tradicionais. Por outro lado, Durkheim, denomina Solidariedade Orgânica as relações sociais humanas pautadas na interdependência entre as pessoas, inclusive em desdobramento da crescente divisão do trabalho, sendo esta classificação própria dos meios urbanos (ARAÚJO; BRIDI; MOTIN, 2009).

Para uma mais correta compreensão das relações entre a sociedade nacional e, por outro lado, os povos originários e as comunidades tradicionais, é importante trazer a principal categoria marxista, aquela das classes sociais. Nesta categoria de

análise social da Escola de Sociologia Alemã, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) em suas obras, trazem a formação e existência conflitiva das classes sociais (fortemente estruturada sobre a fenomenologia e dialógica em Georg Hegel), inicialmente composta entre a burguesia e o proletariado, sendo que desta relação ampliam-se as desigualdades sociais, anteriormente descritas por Jean-Jacques Rosseau (ARON, 2008).

Importante trazer aqui, o pensamento do filósofo alemão Ferdinand Tönnies (1858-1917), que aporta a este fio condutor teórico um robusto conceito de comunidades e de sociedade. Tönnies produz, em 1887 a obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade) onde considera a criticidade acerca das desigualdades sociais e assevera que todas as relações sociais humanas (sociabilidades) partem de suas vontades, sendo estas de ordem natural (instintivas ou intuitivas) ou racional (também chamadas de arbitrarias ou artificiais) (TÖNNIES, 1957).

Tönnies comunga da noção aristotélica do homem como animal gregário, de modo que as ações oriundas das vontades e suas forças, quando no sentido de conservação (e podem sê-lo em outro, no de destruição) formariam uma união. Esta, quando configurada predominantemente pela vontade natural, seria caracterizada como comunidade (*gemeinschaft*). (BRANCALEONE, 2008, p. 99).

Em Tönnies, as nossas vontades naturais, ligadas à afetividade (assim como à consanguinidade, à espiritualidade e mesmo à coabitação), geram relações sociais comunitárias, que por fim seriam o substrato para a criação de comunidades. Neste sentido, a sociabilidade própria das comunidades em Tönnies estaria muito próxima, inclusive contendo similaridades com a Solidariedade Mecânica em Émile Durkheim.

Por outro lado, das vontades racionais, ter-se-iam as relações sociais societárias, que mediadas por documentos, contratos e capital, gerariam as sociedades (seja uma empresa, um Estado-nação ou mesmo uma ordem capitalista planetária) (TÖNNIES, 1957).

A vontade humana pode, entretanto, ser guiada por outros móveis, transcendendo os determinantes do 'orgânico', partindo de representações ideais e artificiais sobre os homens e o mundo ao seu redor. Quando ela assume caráter deliberativo, propositivo e racional, se manifesta como vontade arbitrária. Assim, uma união edificada predominantemente pela vontade arbitrária, por sua vez, seria denominada como sociedade (*gesellschaft*). (BRANCALEONE, 2008, p. 99)

Tönnies confere especial importância à descrição das inclinações humanas, a partir da natureza de suas vontades, estruturando o campo das possibilidades de influências de terceiros e do próprio ambiente social para as suas decisões. Segundo Brancaleone (2008), o filósofo parecia estruturar um pensamento linear e evolutivo das vontades humanas, onde a vontade social poderia naturalmente orientar um processo de formação de comunidades e de sociedades. (BRANCALEONE, 2008).

Nota-se claramente na teoria sociológica de Tönnies, sua defesa de que as relações de ordem comunitárias seriam aquelas mais íntimas e exclusivas, subjacentes à condição do ser humano, enquanto as características próprias das relações sociais humanas ligadas à sua racionalidade e sociedade formalizada se orientariam para o domínio público, para o mundo exterior, para as convenções criadas e impostas pela sociedade que, hegemônica, impunham tais alinhamentos e tendências sociais de sociabilidade (TÖNNIES, 1957).

Assim, a cultura e a sociabilidade, que ditam os padrões dos valores coletivos (ethos coletivo) e do *modus vivendi* em uma comunidade seriam anteriores àqueles impostos pela solidariedade orgânica da vida urbana e claramente capitalista, sendo norteadas por “hombres que se sienten y saben como perteneciéndose unos a otros, fundados en la proximidade ntural de sus espíritus” (TÖNNIES, 1942, p. 45).

Tönnies tratou do entendimento de comunidade a partir das vontades humanas e neste sentido, firmou que seus elementos centrais de coesão e de fortalecimento das relações sociais comunitárias (sociabilidade comunitária) seriam a consanguinidade e a afinidade parental, a existência de consenso facilitado entre aqueles que se gostam ou possuem empatia para a convivência e, aqueles que coabitam um mesmo território (TÖNNIES, 1957). Brancaleone (2008), em seus estudos e interpretação da obra de Tönnies, assevera:

Partindo destes princípios de conviviabilidade, registrou a existência de três padrões de sociabilidade comunitária: os laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual, cada qual convergindo para um respectivo ordenamento, interativo, como comunidade de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito (‘amizade’). Apesar de argumentar que tais dimensões estariam em grande maioria interconectadas, Tönnies por vezes se referia a elas como elementos de um mesmo plano de desenvolvimento cadenciado, um surgimento como consequência e desdobramento natural de seu antecessor (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Fica também claro, no legado sociológico de Ferdinand Tönnies, a estruturação de um sistema provocador de análises de território enquanto espaço cultural e, também, político de construção de identidade e dinâmica cultural, neste sentido as especialidades ou campos territoriais da casa, do povoado e da cidade se interconectam por várias vezes, alterando-se os padrões de sociabilidade, o *modus vivendi* e até mesmo inferindo mudanças nos códigos de valores comuns (*ethos* coletivo da comunidade).

A cultura, coloca-se então como elo teórico e prático de ligação entre diversos campos de estudos da sociabilidade de modo geral e daquela própria das comunidades tradicionais brasileiras em específico. A cultura estabelece-se como um plano imaterial, que altera o território material e que ainda se impõe como um plano, e mesmo instrumento, subjetivo de resistência às investidas das razões da sociedade, cujos valores são distintos e potencialmente prejudiciais às comunidades.

Ao longo da história da humanidade, dentre as eras expansionistas, colonizadoras, iluministas, desenvolvimentistas e globalizantes, a cultura sempre foi um campo em constante transformação, assim não é tomada como estática, mas muito dinâmica. Sendo a cultura o elemento central para a significação dos conceitos que vão sustentar as relações sociais, a Antropologia circunscreve-se como campo privilegiado do conhecimento para a compreensão de comunidades de modo geral e tradicionais em específico. Destaca-se, neste sentido, que o

homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado (...) é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 2006, p.45).

Neste sentido, Edward Tylor (1832-1917) cunha a seguinte definição para cultura:

Tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1871. *Apud.* LARAIA, 2006, p. 25).

Nesta trilha de estudos, as transformações do estado da arte teórico que se iniciam no campo da Filosofia, sendo alguns demarcadores aqui apresentados, se desdobram sobre a Sociologia e desta na composição do campo da Antropologia.

Neste sentido, na Teoria Difusionista, o antropólogo Franz Boas (1858-1942) rechaça o etnocentrismo e cunha o particularismo histórico, onde deixa de ser considerada a possibilidade de comparação entre culturas atrasadas e outras mais avançadas.

Boas teoriza que o determinismo biológico não deve ser considerado para estudos acerca de cultura e que cada grupamento humano vai desenvolver a produção de conceitos e de conhecimento, que aplicados ao meio ambiente envolvente fará produzir o território e os elementos de ordem cultural, sendo estes então particulares para cada comunidade, em sua história e lugar e ainda considerando seus valores e padrões sociais próprios (BOAS, 2004).

Comunidades tradicionais e geraizeiros

A história de formação do povo brasileiro (ainda em intensa transformação) data de muito antes de 21 de abril de 1500, mas por volta de 10.000 anos antes de Cristo, de quando se têm os primeiros registros resgatados pela Arqueologia no atual estado do Mato Grosso, no sertão do Cariri, do atual estado do Ceará e das margens do rio Amazonas e seus afluentes (NEVES, 2006).

Tomando-se, porém o recorte pós início da colonização portuguesa do século XVI, têm-se um processo etnocêntrico e violento de subalternização da cultura e tomada de territórios de povos indígenas e posteriormente de comunidades tradicionais em prol da formação da sociedade nacional (RIBEIRO, 2005; RIBEIRO, 1979).

Nesta seara sócio-histórica, crivada de violência direta foi-se esculpindo e firmando processos de violência estrutural e cultural no país, assim o Brasil foi se formando uma única nação, de dimensões continentais e que circunscreve centenas de etnias indígenas, matrizes africanas diversas e diferentes povos europeus, árabes e asiáticos. Neste contexto de transformação sócio territorial e cultural, por séculos, os povos indígenas foram sendo reduzidos às aldeias, parte da resistência dos povos africanos aos quilombos e ainda foram sendo constituídas outras comunidades minoritárias, fruto de ciclos socioeconômicos ou da resistência ao modo de produção capitalista direto.

No Brasil, o Decreto n. 6.040 (07/02/2007) instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais, que embora

não tenha contemplado à plenitude às necessidades de campo para a melhor regulação destes segmentos sociais no Brasil, sendo produto de um tempo e governo de maior participação social, trouxe avanços, dentre eles a definição:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, art. 3, inc. I)

Neste período histórico brasileiro, de finalização do século XX, viveu-se a busca da compreensão de sua densa e rica multiculturalidade, onde o Decreto n. 6.040/2007 acabou sendo demarcatório. A partir deste decreto, intensificaram-se os estudos acadêmico-científicos para o reconhecimento das especificidades e caracterização que pudessem sustentar a categorização de povos originários e comunidades tradicionais no Brasil.

Após a década de 1990, os debates da Antropologia passaram a definir diferenças entre povos originários e comunidades tradicionais, sendo então, os povos originários aqueles grupamentos humanos que possuiriam as primeiras raízes ancestrais num determinado território. Nesse sentido, Brandão (2015) destaca:

A sociedade indígena e os seus lugares concretos ou simbólicos de existência – o povo, a nação, a tribo, a comunidade, a aldeia – são anteriores ao mundo das cidades e se reproduzem sem elas. E não raro elas se desfiguram e até se extinguem quando os brancos chegam perto. Sociedades indígenas ocupam territórios próprios, socializam restritamente a natureza, relacionam-se com outros grupos tribais, enfim, realizam-se sem, fora da ou à margem da sociedade regional e de sua melhor representante: a cidade. (BRANDÃO, 2015, p. 45-46).

Por outro lado, melhor circunscritas na definição dada pelo Decreto 6040/2007, como comunidades tradicionais de caracterização não originária teríamos, sob os estudos antropológicos de Brandão (2015):

De forma diversa, a sociedade tradicional e os lugares sociais concretos de suas comunidades existem em função da cidade, de uma ou algumas cidades próximas ou mesmo distantes. Ainda quando situados em suas fronteiras remotas, a cidade, o mundo urbano, o lugar social do poder para além das redes e teias do parentesco, constituem-se como os cenários de desejada e/ou de inevitável referência para os povoadores de comunidades tradicionais. (BRANDÃO, 2015, p. 45-46)

Deste modo, concebe-se que os povos indígenas são, no Brasil, povos originários e, também, comunidades tradicionais, ao passo em que seriam comunidades tradicionais não circunscritas como originárias, aquelas constituídas posteriormente, como as comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, pantaneiras, de povos de terreiros, de quebradeiras de coco babaçu e as geraizeiras, dentre outras.

No Brasil, as comunidades tradicionais geraizeiras foram constituídas, segundo estudos de Dayrell (1998) da existência, em meados do século XX, na região do norte do Estado de Minas Gerais de territórios e pequenos povoamentos onde as pessoas se reconheciam como “chapadeiro” (aqueles que moravam nas regiões das chapadas, assim como “campineiros” habitavam as campinas e ainda “barranqueiros” ou “vazanteiros” aqueles que viviam ou produziam seus sustentos nas barrancas do rio São Francisco (DAYRELL, 1998, p. 73).

Nogueira (2009) *apud* Campos et al. (2020) destaca em a importância de se considerar o termo “*mundus geraizeiro*”, para melhor e corretamente tratar da cultura e da identidade dos povos e comunidades que se autodefinem ou são definidas por estudos acadêmicos como geraizeiras. O *mundus geraizeiro* seria composto, segundo Nogueira (2009) pelas percepções do mundo e da sociedade que assim, esculpem, da subjetividade humana para a produção de território e cultura em peculiaridades da sociabilidade geraizeira, como a sua religiosidade, as relações familiares, os trabalhos comunais ou comunitários, a relação com a terra gerando baixo impacto sobre o meio ambiente.

Sobre a percepção de território e atividades comunais, Nogueira (2009) destaca “as chamadas terras soltas dos gerais de onde os geraizeiros por gerações extraíam a lenha, coletavam frutos nativos, plantas medicinais e punham seu rebanho para pastar no comum” (NOGUEIRA, 2009, p. 150). Neste sentido, segundo Nogueira,

a cultura geraizeira é impregnada de religiosidade – com suas rezas de terço, pequenos e grandes rituais coletivos de festa de santos padroeiros e juninos, funções roceiras de dança, procissões rústicas, romarias, e uma moral profundamente cristã a embasar as relações entre o homem e a natureza – muitos foram os elementos de continuidade estabelecidos entre a CEBs e as manifestações de catolicismo popular vivenciadas pelos Geraizeiros (NOGUEIRA, 2009, p. 170).

A cultura dos geraizeiros, conforme literatura consultada, coaduna de muitos elementos comuns com a caracterização da sociabilidade de outras comunidades

tradicionais brasileiras, especialmente no que tange a religiosidade, aos trabalhos comunitários e o baixo impacto de sua vida comunitária sobre o meio ambiente.

A identidade geraizeira, embora muito rica em elementos culturais postos aos olhos, como a culinária, a religiosidade e as relações com o meio ambiente, é um campo de estudos antropológicos, conforme aborda Nogueira (2009):

A identidade geraizeira está fortemente vinculada ao sentido de territorialidade do grupo, dada a sua presença no lugar, mas também face à experiência recente de exploração territorial por ele sofrida, e cuja reação, não por acaso, demarca a origem do movimento identitário. Em larga medida, trata-se de uma identidade local (NOGUEIRA, 2009, p. 105).

A partir de Nogueira (2009) e Dayrell (1998), tem-se uma cunhagem do termo Comunidades Geraizeiras por Magalhães e Amorim (2015):

Comunidade geraizeira, por definição, são aquelas comunidades cuja identidade está extremamente associada ao cerrado, particularmente pensado numa associação entre as três unidades integradas que compõem esse bioma: os gerais (parte alta), os tabuleiros (parte intermediária) e as veredas onde se encontram os terrenos úmidos, propícios para as atividades agrícolas. (MAGALHÃES; AMORIM, 2015, p. 210-211)

Nos trabalhos de campo desenvolvidos, a partir de atividades de extensão universitária e de pesquisa, inclusive por meio de grupos de pesquisa e de programas regulares de pós-graduação, diversos trabalhos foram sendo desenvolvidos junto às comunidades indígenas e/ou tradicionais (especialmente quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e geraizeiras) da Amazônia brasileira, dentre estes os estudos sobre o *modus vivendi* da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (em Guaraí/TO), que de 2018 a 2020, foi campo de pesquisa institucional, pela FCE/UNESP Tupã.

A Comunidade da Matinha, está localizada à divisa dos municípios tocantinenses de Guaraí e Colméia (tendo uma parte de suas terras em cada um dos municípios), é uma comunidade rural situada às margens da rodovia TO 336 (que liga a BR 153 à Conceição do Araguaia/PA), à cerca de 22 km de Guaraí/TO. Sobre a formação da comunidade,

Contam os mais antigos que seus pais e avós, pressionados pelo avanço da monocultura e pelo poder econômico da sociedade que reduzia gradativamente a importância das atividades agrícolas das famílias das pequenas comunidades, migraram nos anos de 1940 e 1950 da região norte e oeste do Estado de Minas Gerais em busca de novas terras no Estado de Goiás. Em entrevistas, narram, que deixaram as terras onde nasceram sobre o lombo de animais e às

vezes a pé em grupos que caminhavam dias até chegar às paragens.
(BORGES et al., 2018, p. 152)

A historiografia produzida a muitas mãos acadêmicas e publicada em 2018 (BORGES, 2018) conta a narrativa de um povo, num grupo de algumas famílias, que pressionadas pelos movimentos econômicos da mineração e do agronegócio ao norte de Minas Gerais, mudaram-se para o então Estado de Goiás, para a região do (hoje) centro-oeste do Estado do Tocantins.

As famílias da Comunidade da Matinha vivem em estreita proximidade comercial com as cidades da região, especialmente Guaraí, onde comercializam seus produtos agrícolas nas feiras livres, sendo especialmente comercializados hortaliças de folhas, mandioca, abóbora e frutas de produção contínua ou de época como manga, jaca, mamão, banana, abacate, dentre outras mais próprias e naturais do cerrado como o buriti e o pequi. Comercializam também itens alimentícios como pão de queijo, pastéis, pães e massas, além de farinha grossa e polvilho da mandioca, produzidos em uma casa de farinha comunitária.

Na comunidade, pode-se constatar que as glebas familiares são unidas em uma só comuna e que as lavouras são organizadas em coletivos e mesmo mutirões nas épocas de maiores trabalhos, como a preparação do solo, plantio, tratos e colheita. Possuem um caminhão comunitário, um amplo centro comunitário e uma casa da farinha, que servem absolutamente a todas as famílias e grupos da comunidade nas suas necessidades de campo e produção.

Destaca-se que o caminhão foi doado, na década de 1980, pela Cáritas Diocesana, num fomento para as atividades produtivas e de sustentação das comunidades ligadas às tradicionais CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e que Casa da Farinha, antes bem menor e de pequena estrutura, foi ampliada e modernizada com recursos do Edital de Geração de Rendas em Comunidades, do Instituto HSBC Solidariedade, em 2010. Importante destacar, que dada a hospitalidade e acolhimento, próprio da comunidade, ao longo dos anos, foram recebendo parceiros e colaboradores, como a Faculdade Guaraí (FAG), a associação Social Desenvolvimento Humano e Comunitário e ainda sendo foco de diversas ações do Governo do Estado do Tocantins.

Os movimentos comunitários, para além das atividades produtivas, também estruturam sua organização, sendo que foram constituídas duas associações no povoado, com foco em duas linhas de articulação com a sociedade urbana e políticas públicas, sendo uma mais voltada para a representação das famílias, de

característica de uma associação de moradores, enquanto a segunda é regimentalmente mais organizada e alinhada à organização da produção agrícola, notadamente em bases sustentáveis.

A Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha, de Guaraí/TO, está localizada à região da cabeceira, tendo algumas nascentes importantes, da bacia do rio Bananal, na região do médio rio Araguaia, neste sentido, com seu modesto casario construído à entrada da área agrícola, mantém certo controle de acesso às áreas preservadas e aos mananciais da região. Impõe-se, facilmente, neste sentido, certas características contemporaneamente atribuídas às comunidades guardiãs de áreas ambientais, florestas e biomas.

A produção agrícola, volta-se para as bases agroecológicas, não sendo praticadas derrubadas desnecessárias, queimadas e plantios (ou pastejo de animais) próximas às margens dos rios e principalmente das nascentes, indiscutivelmente preservadas pela referida comunidade. Convencionou-se, nas décadas de 1980 a 2000, o uso de biofertilizantes produzidos com esterco (especialmente de gado e frango) e restos orgânicos das cozinhas domésticas e da própria lavoura.

A religiosidade da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) é fortemente estruturada sobre os movimentos da Igreja Católica das décadas de 1970 e 1980, especialmente no que se concerne às Comunidades Eclesiais de Base, que fortaleciam a organização comunitária, a autossustentação local, a religiosidade de modo geral e a Igreja voltada aos pobres e o elemento caritativo por excelência.

Neste sentido, as famílias admitem outras religiões, mas mantêm à centralidade a Igreja Católica, inclusive tendo sido construídos, em regime de mutirão, a igreja física e um pequeno estúdio de música, já que uma das características culturais da comunidade é a musicalidade, fortemente ligada aos elementos religiosos católicos e o cotidiano da vida no meio rural.

Constatou-se, nos estudos de campo, como os elementos família, trabalho e religiosidade se estabelecem de modo integrado, sendo observada a presença e participação de famílias inteiras na lida do campo e, no sentido inverso, a trazida de trabalhos para dentro de casa e nos seus quintais, como por exemplo para o debulhar de milho, a preparação de ferramentas e, neste sentido inclusive crianças e adolescentes permeiam o ambiente de trabalho. Também o elemento religioso está

presente nos lares e especialmente nos ambientes de trabalho, com orações, rezas e músicas católicas sendo entoadas em coletivos.

Algumas pessoas, especialmente jovens, foram incentivadas aos estudos de nível técnico e superior, constatando-se a presença de um técnico em agroecologia, um biólogo, um administrador e dois pedagogos dentre a nova geração, que permanece residindo e trabalhando na Comunidade de Geraizeiros da Matinha, fortalecendo assim sua identidade e pertencimento comunitário próprio.

Pode-se observar a sociabilidade de forte base afetiva entre três famílias principais que teriam migrado, gradativamente, em meados do século XX de Minas Gerais, mantendo um elevado nível de coesão social para as questões mais amplas e complexas e que exigiam decisões mais importantes, como a formação de campos e criações comunais, quanto para os fatos e elementos do cotidiano, como as rotinas dos lares, a alimentação, a agricultura e/ou criações dos quintais e mesmo os pequenos hábitos. Contudo, ao final dos trabalhos de campo, junto à Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí – TO), muitas características acerca de seus valores coletivos (*ethos* coletivo) e do *modus vivendi* foram sendo elencadas, com destaque para religiosidade, impacto antrópico (relação do ser humano com a natureza) e vida em comunidade.

Coaduna-se, neste sentido com as características específicas das relações sociais da Comunidade Matinha circunscritas por Borges et al. (2018), que destacam: (1) Vida de comunidade; (2) Resistência às atividades econômicas que colocam (ou podem colocar) em risco as suas tradições, a sustentabilidade de seu território e a sua religiosidade; (3) Produção e subsistência com baixo impacto sobre o meio ambiente; (4) Religiosidade e valores familiares postos como centrais à vida da comunidade; (5) Auto identificação como uma comunidade de cultura e tradições diferenciadas, coincidindo com a caracterização dos geraizeiros dada pela literatura científica anterior.

Considerações finais

A teoria sociológica de Ferdinand Tönnies, intitulada Teoria da Sociabilidade, traz um profundo estudo das origens das relações sociais humanas e conclui indicando as características principais de comunidades e de sociedades. Asseverem as teorias antropológicas que a caracterização dos povos a partir de suas culturas,

dentro da perspectiva do particularismo histórico se pauta pela sua condição ancestral e pelo contínuo e acumulativo processo de produção do conhecimento, em seu recorte histórico e geográfico de interações com o meio e com outros coletivos humanos.

No Brasil, as comunidades tradicionais podem ser urbanas ou rurais, sendo muito forte a expressão cultural, a percepção e delimitação conceitual de seus territórios materiais e imateriais e pelo alto respeito ambiental, o que faz com que estas tenham um baixíssimo impacto antrópico sobre o meio biótico. Neste sentido, fundamenta-se e é crescentemente utilizado o termo “guardiães da floresta” para povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente àquelas que não se localizam nos ambientes urbanos do país.

As comunidades geraizeiras de modo geral e a Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí – TO) possuem, como estabelece Nogueira (2009) ao cunhar o *mundus geraizeiro*, forte padrão de afetividade entre os seus integrantes, provocando direta relação entre suas características comunitárias com aquelas descritas no campo teórico de Ferdinand Tönnies.

De acordo com a literatura de Filosofia, Sociologia e Antropologia visitadas, bem como com as observações e anotações de campo, conclui-se ser correto afirmar que as Comunidades Tradicionais Geraizeiras no Brasil, alinham-se à Teoria da Sociabilidade de Ferdinand Tönnies, em 1887 (TÖNNIES, 1957) no que tange aos seus elementos culturais e especialmente àqueles que agregam as pessoas e famílias às pautas e aos valores afetivos, religiosos e de relação territorial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIN, Benilde Lenzi. *Sociologia: um olhar crítico*. São Paulo: Contexto, 2009.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: M. Fontes, 2008.

BLANC, Mafalda de Faria. *Introdução à ontologia*. 2. ed. São Paulo: Instituto Piaget, 2011.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BORGES, Samuel Marques et alii. Geraizeiros na Amazônia: estudo da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí – Estado do Tocantins – Brasil). In: MORAES, Nelson Russo et alii. *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e extensão universitária*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. v. 1, p. 137-162.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 1, 2008. Disponível em: periodicos.ufc.br/revicienso/article/view/511. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In.: UDRY, Consolación; EIDT, Jane Simoni. *Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal*. Brasília: EMBRAPA, 2015, p. 21-101.

CAMPOS, Alexandre de Castro et alii. Traditional geraizeiros communities in Brazil territory: formation, identity and culture. *Revista Observatório*, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/10403>. Acesso em: 27 mar. 2021.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira; DAYRELL, Carlos Alberto. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, n. 222, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/173/153>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Andalucía, Espanha, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidad Internacional de Andalucía.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de; AMORIM, Rogério Alves. O movimento dos geraizeiros e a luta pela terra no alto Rio Pardo. *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2304>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MORAES, Nelson Russo et alii. Interdisciplinaridade, criticidade e formação socioambiental na universidade. *Revista Observatório*, v. 5, n. 5, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/8229>. Acesso em: 1º mar. 2021.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NOGUEIRA, M.C.R. *Geraizeiros a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do norte de Minas Gerais*. Brasília. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4614>. Acesso em: 1º mar. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Porto Alegre: LPM, 2006.

TÖNNIES, Ferdinand. *Community and society*. Tradução de Charles Loomis. Michigan, EUA: Michigan State University Press, 1957.

TÖNNIES, Ferdinand. *Principios de sociologia*. México: Fondo Cultural Económico, 1942.

Nelson Russo de Moraes é Professor do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Tupã, em São Paulo. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Livre-Docente em Gestão e Educação Ambiental pela UNESP. Pós-Doutor pela UFT. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Serviço Social pela UNESP, câmpus de Franca. Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Guarai. Especialista em Gestão de Programas Sociais e Bacharel em Administração de Empresas pelo Instituto Toledo de Ensino, em Bauru.

Alexandre de Castro Campos é Doutorando e Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento pela Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Tupã, em São Paulo. Graduação em Geografia pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Professor de Geografia e Práticas de Empreendedorismo na ETEC Rodrigues de Abreu, em Bauru, e na ETEC Cidade do Livro, em Lençóis Paulista.

Ana Maria Barbosa Quiqueto é Doutoranda em Agronegócio e Desenvolvimento pela Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Tupã, em São Paulo. Mestra em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade de Medicina de Rio Preto (FAMERP). Graduada em Serviço Social pela Universidade de Marília (UNIMAR) e em Pedagogia e em História pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES). Professora do Programa de Pós-Graduação e da Graduação da Faculdade de Tupã. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Arco-Íris, exercendo a Gestão e Coordenação da Política de Assistência Social no âmbito Municipal.

Como citar:

MORAES, Nelson Russo; CAMPOS, Alexandre de Castro; QUIQUETO, Ana Maria Barbosa. A sociabilidade em Ferdinand Tönnies e o modus vivendi de comunidades tradicionais de geraizeiros: aproximações possíveis a partir dos estudos da Comunidade Tradicional da Matinha (Guarai/Tocantins). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.